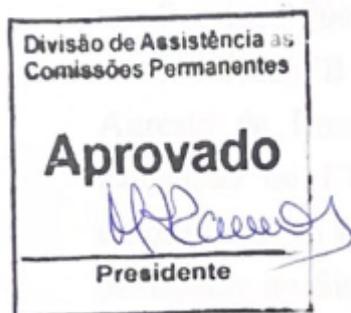




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Educação Cultura e Desportos

ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE TEVE POR OBJETIVO DISCUTIR PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E OS VINTE ANOS DA LEI 10.639/2003 NO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2024.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência da deputada Cida Ramos, realizou-se a presente audiência pública da Comissão de Educação Cultura que teve por objetivo discutir o Plano Nacional de Educação, a educação quilombola e os vinte anos da Lei 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas e a sua aplicabilidade no Estado da Paraíba. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano". A Sra. Presidente declarou aberta a presente reunião e foi realizado 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas do Covid-19 e fazendo também referência às vítimas da guerra, em especial, da Palestina. Ato contínuo, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, convidou para compor a mesa o vereador Marcos Henrique, da Prefeitura de João Pessoa; a professora Dra. Ivonildes Fonseca, professora e Vice-reitora da Universidade Estadual da Paraíba; a Dra. Aline Mota de Oliveira, defensora pública e coordenadora do Combate ao Racismo da Defensoria Pública; a Dra. Andréa Melo de Lima, delegada da Polícia Civil; a Sra.

Jadiele Berto, representando a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana; a Sra. Vanusa Cavalcante Fernandes, Gerente Executiva da Educação Especial Diversidade, Inclusão, Direitos Humanos, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais; a Sra. Lorena Cerqueira, Instituto Odara; a Sra. Uiliana Gomes, Abayomi, representando o Coletivo de Mulheres Negras da Paraíba; a Sra. Ekedí Gorete, representando as Mulheres de Terreiro Ialodê; a Sra. Luciene Tavares, representando a Organização de Mulheres de Caiana, Quilombo Caiana dos Crioulos; a Sra. Marina Padro, representando Nean Oju Obá (Núcleo de Estudo e Pesquisa de Antropologia Negra); a Sra. Terlúcia Silva, representante da Rede de Mulheres Negras; o Professor Leonardo Silva, representando a Marcha da Negritude Unificada. Em continuidade, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, convidou a todas e todos para, em posição de respeito, que ouvissem o Hino Nacional Brasileiro executado na voz da Sra. Elaine Cristina. Ato contínuo, a Sra. Presidente leu o edital de convocação e o expediente em mesa. Em seguida, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para o vereador Marcos Henrique registrar as presenças. Com a palavra, o Sr. Vereador Marcos Henrique assinalou o comparecimento da Sra. Vânia Mendes, representante da SINTEP e da Central Única dos Trabalhadores, bem como, é Vice-coordenadora do Fórum Estadual de Educação da Paraíba; do Sr. Alessandro Amorim, coordenador da entidade Casa de Cultura Ileaché dos Aguiar; do Sr. Weverson Bezerra Neanjo Obar, representante do Coletivo de Estudantes Negros da Antropologia; da Sra. Durvalina Rodrigues, Diretora da Divisão de Psicologia da Assembleia Legislativa da Paraíba; da Professora Daiane Ferreira Guilherme, docente da Escola Professor Luiz de Azevedo Soares; da Sra. Maria José, Professora do Movimento Quilombo de Caiana; do Sr. Everton Alberto, integrante do grupo de extensão Flor de Mandacaru, da UFPB; do Sr. Nivaldo Pires, coordenador da Secretaria de Combate ao Racismo do PT da Paraíba; do Sr. José Carlos Alves, presidente do Movimento Antimanicomial dos Usuários, familiares e amigos da Rede Caps; da Professora Manaíra, representando a Escola Padre Hilton Bandeira; da Professora Ivana Clotilde, docente de Educação Especial; da Sra. Nilda Aguiar, representando a Ouvidora geral da Assembleia Legislativa; da Sra. Miranda Cândido, também ouvidora adjunta da Assembleia Legislativa; da Sra. Maria Marques, representando o Fórum Paraíba de Promoção à Igualdade Racial; da Professora Mainara Duarte, representando a Escola Padre Hilton Bandeira; da Sra. Marli Soares, integrante da Marcha da Negritude Unificada e do Observatório Paraibano Antiracista; da Sra. Maria da Graça, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas; da Sra. Maria do Céu Palmeira, assistente social da Defensoria Pública do Estado; da Sra. Patrícia Nóbrega, representando a Associação das Prostitutas da Paraíba; da Sra. Milena

Silva, técnica pedagógica da gerência de educação ambiental do campo e contextualizada; da Sra. Maria do Amparo, gerência operacional de educação indígena quilombola para as relações étnicos, raciais, povos e comunidades tradicionais; da Professora Priscila Reis, docente da Escola João Pereira Gomes Filho; da Professora Ana Lúcia de Freitas, também da Escola Professor Luiz de Azevedo Soares; da Professora Laís Lima Sobreira, da mesma unidade escolar; da Sra. Vitória Alice, vice-presidente da União da Juventude Socialista; do Sr. Adriano Silva, do MOVIBI, MEL e Fórum LGBT; do Sr. Cleber Ferreira, Conselho Municipal de Educação; da Sra. Ivana Rise, militante dos movimentos sociais; da Sra. Lusa Barros, representante da Associação de Prostitutas da Paraíba; do Sr. Jô Pontes. A seguir, registrou as ausências do Presidente da Casa, dep Adriano Galdino, da dra. Agamenilde Dias, desembargadora e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e de Socorro Pimentel, Secretária de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, em virtude de compromissos agendados na mesma data. Com a palavra, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, afirmou que a audiência pública foi realizada com espírito de luta e compromisso. O tema, que a mobilizava como mulher, mãe, professora e mulher negra, reforçava sua responsabilidade coletiva como representante do povo paraibano na construção de uma educação inclusiva e democrática. Nesse viés, o objetivo foi discutir os 20 anos da Lei 10.639, de 2003, um marco histórico na luta pela igualdade racial no Brasil. Conforme a Presidente, a lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, bem como, africana nas escolas, criando um caminho para enfrentar o racismo de forma educativa e formativa. No entanto, após duas décadas, ela questionou se houve avanços e como estava a praticidade dessa lei no estado da Paraíba. Nesse sentido, reconheceu os passos dados, mas também destacou as imensas lacunas que ainda precisavam ser preenchidas, como a falta de formação adequada para os professores, da escassez de materiais didáticos e da precariedade das condições de muitas escolas, especialmente, aqueles espaços nas áreas rurais e quilombolas. Nessa acepção, as comunidades quilombolas enfrentaram desafios que exigiram respostas urgentes. Neste aspecto, a construção do novo Plano Nacional de Educação representou uma oportunidade de consolidar políticas públicas para a educação quilombola e as relações étnico-raciais. Para tal condição, foi fundamental que o Plano Nacional de Educação incluísse metas claras e ações concretas para traduzir essas pautas em resultados reais, fortalecendo a formação dos docentes e a valorização da história e cultura dos povos negros e quilombolas. Deste modo, na Paraíba, buscou-se fazer a diferença, com o destaque para a aprovação da comenda João Balula de combate ao racismo e promoção das relações étnico-raciais. Ainda mais, a Presidente destacou a história de resistência de João Balula, pois ele ensinou que o racismo não

seria superado apenas com boas intenções, mas com ações concretas, consistentes e sustentadas por um compromisso ético da sociedade. Mencionou, na mesma ocasião, que a educação teve um papel central nesse processo, sendo na escola que os preconceitos atravessados por gerações começaram a ser desconstruídos. A Presidente, nessa lógica, explicou que a luta por uma educação antirracista e pela valorização das comunidades quilombolas não foi apenas uma pauta de um segmento, mas a causa de todos que sonham com um Brasil justo e livre de preconceito. Logo, a Audiência Pública foi um espaço de diálogo, discussão e construção coletiva, com encaminhamentos efetivos para avançar na consolidação de políticas públicas que transformassem realidades e promovessem a inclusão social, resgatando a dignidade de crianças, jovens e famílias. No mesmo discussão, confirmou que isso tudo foi inspirado pelo legado de João Balula e de outros, com a certeza de que a educação é uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo, assim, buscam continuar a luta por um futuro mais justo e igualitário. Para tanto, a audiência pública visou tornar os participantes mais resilientes e exigentes, para que juntos pudessem afirmar: “a mudança não podia mais esperar”. Na sequência, após tais registros e justificativa da audiência em questão, concedeu-se a palavra ao Vereador Marcos Henrique. Em tribuna, ele destacou a honra que sente em estar ao lado de tantas mulheres “empoderadas” a Mesa; historiou o momento em que fez a discussão sobre a temática da sessão no âmbito municipal; destacou a participação do Presidente Lula no G20, pois o presidente discursou com causas essenciais para as minorias; mencionou o cotidiano que mostra diversas condutas racistas; historiou que o racismo está no âmbito estrutural do país; enfatizou as lutas atravessadas no seio municipal, uma vez que a busca ainda é pelo básico, ou seja, menos que a cultura afro-brasileira merece, finalizou isso em tom de lamento; pediu o cumprimento da Lei na formação escolar; parabenizou algumas personalidades, como: a sra. Durvalina, a sra. Terlúcia e a sra. Uliana, pela luta no ambiente escolar contra o racismo; mencionou que o país é alimentado pelo fascismo; assim, o vereador Marcos Henrique finalizou o discurso disponibilizando o mandato para a defesa da cultura afro-descendente. Na sequência, a Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Lorena Cirqueira. A Sra., em tribuna, iniciou apresentando-se com a sua trajetória e a função social; destacou que é uma professora comprometida com a educação antirracista; saudou Bayomí, Cayana e as Organizações de Mulheres Negras, mencionando sua atuação no Instituto ODARA e na Rede de Mulheres Negras do Nordeste; historiou a sua trajetória como estudante de escola pública, desse modo, alcançou a universidade e se tornou uma professora comprometida com a educação para as relações étnico-raciais, assim, foi influenciada pelo movimento de mulheres negras; lamentou não ter tido disciplinas sobre a Lei 10.639 em

sua formação acadêmica e discutiu a não implementação dessa lei, atribuindo a principal justificativa ao racismo; mencionou as audiências públicas realizadas no Nordeste, iniciadas por um processo de incidência em Brasília em 2023, focadas no Plano Nacional de Educação; enfatizou a importância desse momento para a educação do país e destacou os 21 anos da Lei 10.639, a Política Nacional de Equidade para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Escolar Quilombola (PNERC), por fim, o Plano Nacional de Educação; reforçou o compromisso do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras com a educação para as relações étnico-raciais desde a década de 80; criticou a falta de implementação da lei, especialmente nos níveis básicos e na formação docente; apontou a ausência de dispositivos de denúncia e combate ao racismo nas escolas, a falta de financiamento e recursos para a implementação da lei, e a luta pela educação equitativa; convidou a sociedade civil e as organizações presentes a se engajarem na luta por um Plano Nacional de Educação que vise a reflexão da diversidade escolar; chamou a atenção para os desafios, como a ausência de metas no plano para enfrentar a desigualdade de gênero, bem como, a violência de gênero nas escolas, especialmente contra meninas e adolescentes negras; finalizou convidando todos a se engajarem na construção do novo plano educacional, com foco nas lutas da população. Em continuidade, a Presidente, deputada Cida Ramos, convidou a todos para assistirem a apresentação do grupo Vivenciando Caiana da cidade de Alagoa Grande. Em seguida, a Presidente, deputada Cida Ramos, passa a palavra para a Sra. Uiliana Gomes. Em tribuna, ela iniciou parabenizando a todos; fez um apelo pelo fim da morte dos negros, como também, um pedido para a leitura do documento que trouxe (isso na voz da Presidente); destacou a falta de aplicabilidade da lei no cotidiano, abordando o racismo como barreira; mencionou a ausência do trabalho de professores com a lei; destacou as exigências por conta do silenciamento que sofrem; finalizou agradecendo a todos. A seguir, a Presidente, deputada Cida Ramos, passa a palavra para a Sra. Luciene de Tavares. Em tribuna, a Sra. cumprimentou a todos; comentou sobre a sua trajetória em Alagoa Grande, sendo da comunidade quilombola; destacou que veio tratar de um plano de educação, o qual tem pouca aplicabilidade da educação quilombola; perguntou-se porque é tão lento o avanço da educação com aspectos quilombolas; mencionou a estrutura das escolas, a qual dificulta a efetivação da educação quilombola; fez pedidos em prol do ambiente escolar nas comunidades afrodescendentes, em especial, aos funcionários da escola; enfatizou que os pedidos são urgentes; finalizou agradecendo. Posteriormente, a Presidente passou a palavra para a defensora pública Dra. Aline Mota. Em tribuna, a Dra. Aline Mota cumprimentou todos os presentes na audiência pública, destacando a Deputada Cida Ramos, os estudantes (afetados pelo tema da discussão) e os movimentos negros organizados, que continuam resistindo,

como demonstrado pela realização da presente reunião; ressaltou a importância do momento para chamar a atenção para a ausência de uma educação antirracista, tanto no Estado da Paraíba quanto no Brasil; denunciou a não implementação da Lei nº 10.639/2003, a qual obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e nas universidades; mencionou que, além das escolas, as universidades também devem prestar uma educação antirracista; Apontou que a construção de soluções para essa questão deve envolver um diálogo com os movimentos sociais, citando um relatório sobre a Lei nº 10.639, organizado pelo Movimento de Mulheres da Abaioni; por fim, destacou a importância de discutir o Plano Nacional de Educação para alcançar uma educação verdadeiramente antirracista nas escolas e universidades, reconhecendo a educação em questão como um dos principais instrumentos na luta contra o racismo. Na sequência, concedeu-se a palavra para a Vice-reitora da UEPB, a dra. Ivonildes da Silva Fonseca. Em tribuna, a Vice-reitora cumprimentou a todos; mencionou o sentimento que teve ao escutar o hino nacional, pois rezou para a mãe gentil; destacou o clamor que fez a mãe gentil para que se possa ter um acolhimento maior direcionando a responsabilidade para os filhos, os quais compõem a Casa da Assembleia Legislativa; citou nomes de personalidades: Sr. Nivaldo, Sra. Maria, Sra. Socorro Pimentel, Sra. Doné, Sra. Mãe Renilda, professora Solange Rocha, professor Antônio Novaes e o Sr. João Balula, os quais marcharam em prol de benefícios; historiou a trajetórias de lutas; pediu apoio na educação condizentes com a história afro-brasileira; mencionou a personalidade baiana Manoel Quirino, também, o Sr. Abdias que lutaram pela educação com o ensino da história da África; mencionou os votos que recebeu, porque isso deu margem para abrir as portas de acesso para as minorias; finalizou dizendo que quer ações concretas pela educação, como o aumento da mobilização social. Em seguida, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Terlúcia Silva. Em tribuna, a Sra. cumprimentou e agradeceu a todos; destacou a movimentação das professoras e dos estudantes; saudou os representantes dos movimentos sociais; mencionou o novembro negro e o feriado que foi de luta; historiou a pauta do movimento negro e anti-racista; noticiou que criou um fórum, isto é, um campo do movimento social para debater o Plano Nacional de Educação; questionou onde está o dinheiro para a aplicabilidade da Lei; destacou o caminho que se deve seguir para cobrar do Poder Público, isso na intenção da aplicabilidade da Lei; colocou em pauta várias exigências em favor da educação; fez apelo aos deputados; reforçou a importância da atuação de conselhos estaduais e municipais de educação, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas; concluiu convocando os parlamentares a se comprometerem com a pauta da educação antirracista e garantirem que a população negra seja incluída no novo plano, para que não sejam mais “invisibilizados” nas políticas

educacionais. Posteriormente, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para o Sr. Leonardo Silva. Em tribuna, o Sr. saudou a todos, parabenizou a Presidente pela luta em favor da educação; destacou a necessidade de um letramento racial com amparo crítico; historiou os ataques que a população negra sofre no cotidiano; evocou o pensamento da Sra. Nilda Fernandes para tecer críticas históricas de amparo educacional; ressaltou que as mudanças necessárias no país dependem das pessoas com poder de decisão, como parlamentares e autoridades, destacando que a população negra é minoria no Congresso, no Senado e na Presidência, além de ser minoria na Justiça; compartilhou sua trajetória pessoal, mencionando que levou 20 anos para ingressar na Universidade Federal, devido às dificuldades enfrentadas, e mais quatro anos para se formar, assim, há dois anos, tenta entrar na pós-graduação, reafirmando que a educação é uma porta para a transformação social; afirmou que a educação tem sido usada como ferramenta para reverter essa situação, mas ainda é muito tradicionalista e demora a produzir mudanças efetivas; destacou que essa conquista, embora importante, tem um efeito prático demorado e que é necessário garantir orçamento específico para que as mudanças realmente aconteçam; defendeu a necessidade de um Plano Nacional de Educação com efeitos práticos imediatos, ao invés de mudanças a longo prazo; citou a educação popular como uma alternativa eficaz, já que trabalha com os sentimentos e a consciência das pessoas, embora ainda não seja amplamente aplicada nas unidades educacionais; sugeriu que se deve incluir componentes da educação popular nas escolas, pois pode ser um caminho para combater o racismo de forma eficaz e imediata; mencionou a experiência de Paulo Freire, que em um curso de educação popular conseguiu transformar trabalhadores do campo em pessoas conscientes politicamente, capazes de cobrar seus direitos; enfatizou a importância de entender a realidade política ao redor e ter um objetivo claro para o futuro; finalizou destacando o convite para a marcha da negritude unificada no dia 21 de novembro em João Pessoa, reafirmando a luta por uma democracia real; finalizou agradecendo a oportunidade de falar. Dando seguimento, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a aluna Ariel da ECIT. Em tribuna, a jovem saudou a todos; agradeceu as professoras, destacando a importância delas; destacou a necessidade de aprender sobre cultura de raiz africana; dissertou sobre se ter o debate da religião africana na escola; ressaltou a relevância da cultura negra e a origem africana, afirmando que sem a cultura africana, a cultura brasileira não existiria; destacou também a importância de discutir cultura e religião nas escolas, frisando que o aprendizado fortalece a máxima de que os adolescentes são o futuro da nação; mencionou que, no futuro, ela ou seus colegas poderiam ocupar posições de liderança, como a da deputada Cida Ramos; agradeceu às organizações que lutam pelos direitos das pessoas negras e de religiões

de matriz africana, reconhecendo sua importância para a liberdade e avanços, como o feriado de 20 de novembro; mencionou o trabalho das professoras na escola, que discutem e ensinam sobre a história negra, artistas e filósofos negros, o que é crucial, pois a história geralmente é embranquecida; concluiu agradecendo a atenção de todos. Na sequência, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Maria Prado. Em tribuna, a senhora cumprimentou a todos; discursou conforme a sua função social, elencando a sua história, pois destacou a sua atuação em comunidades quilombolas, com o foco na política de jovens e mulheres; enfatizou as ações do coletivo dentro da universidade; destacou os desafios enfrentados pelos professores na Escola Quilombola Municipal, como o fator de se ter turmas numerosas, desvios de função, salários baixos e infraestrutura precária; denunciou a realidade das salas multisseriadas, onde um único professor lida com alunos de diferentes estágios de alfabetização, e a falta de suporte, como inspetores e recursos didáticos; alertou que no setor privado, a situação também é preocupante, com professores acumulando funções e recebendo salários muito baixos; criticou a falta de conhecimento e de suporte adequado para a aplicação da Lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira; discursou sobre a escassez de infraestrutura nas escolas, como a falta de impressoras, computadores e merenda escolar insuficiente. Para finalizar, reforçou a necessidade de integrar o novo plano de educação com ações concretas que atendam as comunidades quilombolas e rurais, garantindo o cumprimento da Lei nº 10.639; apresentou os pleitos, os desafios e as denúncias da causa no ambiente escolar; encerrou com as necessidades específicas de acordo com a lei. A seguir, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, convidou a Sra. Emília Rufino para recitar o poema-cordel, na tribuna, como apresentação cultural da audiência pública. Em seguida, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Ekedí Gorete. Ela saudou, em tribuna, a todos; pediu licença ao Exú para discursar; mencionou a intolerância religiosa como barreira para a aplicação da lei, porque não se dá o acesso à reprodução do ensino da religião nos ambientes escolares; destacou que, após quase 20 anos, ainda enfrentam desafios relacionados à implementação da Lei 10.639, principalmente devido à intolerância religiosa; enfatizou que o povo de terreiro deseja que as crianças e a sociedade tenham conhecimento, sem que a religião seja imposta nas escolas, já que o culto aos orixás ocorre em casa e nos terreiros; criticou a ideia de que o povo de axé seria perigoso ao ter conhecimento, apontando que a verdadeira liberdade foi negada aos negros, que foram tirados da senzala e jogados na calçada; relatou que, quando o povo negro tem acesso ao conhecimento, se torna perigoso, pois deixa de ser ignorante; mencionou também a destruição de materiais didáticos sobre a cultura afro-brasileira, como a coleção "África e Nós", em

Campina Grande, por parte de professores neopentecostais, que os consideravam impróprios por falarem sobre os ancestrais e orixás; finalizou pedindo apoio da Casa Legislativa para continuar a luta pela implementação dessa pauta e agradeceu a todos. Posteriormente, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Vânia Mendes, professora e representante do SINTEP. Em tribuna, a oradora saudou a mesa; apresentou-se como representante do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba) e da Secretária de Gênero, Etnia e Diversidade do sindicato; parabenizou a deputada Cida Ramos pelo compromisso com as pautas da educação e a defesa da pauta antirracista; destacou a necessidade de implementação efetiva da Lei 10.639, que já tem mais de 20 anos, mas ainda não foi plenamente aplicada nas escolas da Paraíba, embora o governo tenha criado um selo antirracista para as escolas estaduais, a implementação não envolveu os professores, movimentos sociais e sindicatos; acrescentou que apenas 50 das 108 escolas que se inscreveram no selo receberam a certificação; relatou denúncias de escolas que possuem o selo, mas onde os professores sofrem assédio e preconceito por parte de gestores escolares; citou o caso de um professor que precisou da intervenção do sindicato e de um escritório de advocacia; mencionou um seminário de educação antirracista convocado pela Secretaria de Educação, que não foi discutido com os educadores e movimentos antirracistas; criticou a falta de construção conjunta da pauta racial e a inclusão da Fundação, ao invés dos movimentos sociais e educadores; ressaltou que a luta antirracista exige financiamento e, por isso, parabenizou o governo federal pela criação do Plano Nacional de Educação, que trará recursos significativos para os estados, mas alertou para a necessidade de acompanhamento da aplicação desses recursos; destacou a importância de envolver os movimentos sociais no processo decisório sobre o uso desses fundos; por fim, propôs a criação de um grupo de trabalho (GT) para acompanhar a implementação da Lei 10.639 e do PNE; finalizou com a citação de Ângela Davis: "Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista". Dando seguimento, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a representante Gerente Executiva Especial da Diversidade, Inclusão, Direitos Humanos, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, a Sra. Vanusa Cavalcante Fernandes. Em tribuna, a gerente executiva saudou a mesa e todos os presentes; concordou com as reivindicações feitas, mas apontou alguns equívocos, referindo-se à última fala da Sra. Vânia; explicou que a gerência executiva de Diversidade e Inclusão, responsável pelas formações e monitoramentos, não havia sido responsável pela criação do selo de educação antirracista, que foi elaborado pela gestão anterior; afirmou que estão revisando a criação do selo e que um novo edital será lançado após essa revisão, com a participação de

movimentos sociais; convidou a Sra. Vânia e os presentes a participarem do seminário organizado pela gerência, o terceiro desse tipo, e os convidou também a conhecerem as atividades da gerência e suas formações continuadas; disse que o seminário será realizado em Campina Grande e em mais cinco cidades, com o objetivo de atingir todas as 14 gerências executivas; apontou como um dos principais problemas a resistência de alguns professores em trabalhar a Lei 10.639 nas escolas, citando questões religiosas e partidárias como obstáculos; enfatizou que a gerência está aberta todos os dias e convidou todos a visitarem o local para conhecer melhor as atividades realizadas, oferecendo acesso aos relatórios e monitoramentos; destacou a importância da transparência e sugeriu que os presentes se dirigissem à gerência para obter informações mais precisas; corrigiu a informação sobre o número de escolas quilombolas na Paraíba, afirmando que o estado possui 599 escolas, mas apenas duas são quilombolas; esclareceu que as unidades escolares dessa natureza no estado são de responsabilidade municipal, com exceção de uma escola estadual em Santa Luzia e outra em Pombal; explicou que estão lutando para estadualizar mais escolas quilombolas próximas aos territórios, mas que isso ainda é um plano para o futuro; por fim, convidou a Sra. Vânia a visitar as escolas para conhecer a realidade de como as coisas realmente acontecem. Na sequência, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Jardiele Berto, representando a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Em tribuna, a Sra. Jardiele Berto saudou a mesa, mencionando a deputada Cida Ramos, o vereador Marcos Henrique e a professora doutora Ivonildes Fonseca, destacando sua relevância para o movimento negro educador; parabenizou as organizações e coletivos, como a coletiva ABAIOMI, a Associação de Mulheres Negras de Caiana, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, e o Instituto Odara, as quais lutam pela implementação da educação antirracista; apresentou-se como Gerente Executiva de Equidade Racial na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, responsável por políticas públicas para a população negra e povos tradicionais; destacou o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, em execução desde 2019, bem como, ressaltou a importância da educação como pilar dessa política; mencionou o Centro de Referência João Balula, destinado a acolher e apoiar pessoas afetadas pelo racismo, intolerância religiosa e xenofobia; convocou todos a denunciarem os crimes raciais e ressaltou a importância de coletar dados para combater o racismo estrutural; enfatizou que o Centro de Referência é o quarto do país e o segundo no Nordeste, sendo o único com um setor de pedagogia, alinhando-se ao movimento negro educador; destacou a importância dos letramentos étnico-raciais e da qualificação para promoção da igualdade racial, além disso, abordou o papel do PNE e da Lei 11.645 no enfrentamento da educação hegemônica e do mito da democracia racial;

convidou a todos para participarem do evento de lançamento das políticas de promoção da igualdade racial de 2024, o qual será assinado um termo de cooperação técnica para integrar a temática racial à educação; finalizou com uma citação de Bell Hooks, enfatizando a educação como prática de liberdade e a necessidade de uma educação que construa uma consciência crítica e enfrente o racismo; concluiu destacando a importância de se construir uma consciência crítica, na qual o racismo seja reconhecido como um problema coletivo, que deve ser enfrentado pela sociedade como “um todo”; reafirmou que a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, como porta de entrada para a população negra e comunidades tradicionais, está aberta ao diálogo e à construção coletiva com os movimentos sociais e com a Casa Legislativa; por fim, agradeceu a todos. Em seguida, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Professora Maria Luz, coordenadora do NEAB. Em tribuna, a professora saudou os membros da mesa, em especial a mestra Luciene e a Presidente deputada Cida Ramos; compartilhou sua trajetória de formação, mencionando que, durante sua graduação na Universidade Federal de Pernambuco, não teve disciplinas sobre racismo, e sua formação antirracista ocorreu com apoio de companheiras do Movimento de Mulheres Negras da Paraíba; destacou sua pesquisa sobre racismo e sexismo epistêmico, defendendo a construção de saberes a partir dos conhecimentos negros e indígenas; ainda mais, representando o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UFPB, discursou sobre o Plano Nacional de Educação e a necessidade de reflexão sobre o acesso e a permanência na educação, especialmente no contexto da formação de professores; expressou sua frustração como mulher negra e professora, apontando a persistência da invisibilidade e do descaso em relação à implementação da Lei 10.639, que, segundo ela, ainda enfrenta desafios de execução, após 21 anos de sua criação; criticou a falta de políticas claras e de monitoramento efetivo, destacando que, na Universidade Federal da Paraíba, a disciplina de relações étnico-raciais é optativa, o que limita a formação dos futuros professores; enfatizou a importância de instrumentos de monitoramento interseccionais, que considerem as realidades diversas das populações negras, indígenas e quilombolas, e que seja garantido o financiamento e a alocação de recursos adequados; finalizou defendendo que a educação deve ser pensada para todo o povo brasileiro, e que mulheres negras, indígenas e quilombolas são parte fundamental desse povo que precisa continuar lutando. A seguir, a sra. Presidente, deputada Cida Ramos, convidou a Sra. Vitória Alice, representante da União da Juventude Socialista. Em tribuna, a Sra. Vitória apresentou-se como uma mulher negra e expressou sua felicidade por participar da discussão sobre a obrigatoriedade da história afro-brasileira nas escolas; destacou a ausência dessa disciplina na formação de licenciatura e se questionou como

combater o racismo sem educação, enfatizando que a educação é a chave para enfrentar o problema; defendeu a inclusão da história negra no projeto político-pedagógico das escolas, mencionando que só aprendeu sobre isso na universidade; citou uma frase da pensadora Angela Davis, destacando a necessidade de ser antirracista constantemente e educar os outros sobre o que é ser antirracista; relatou experiências pessoais de discriminação, como comentários sobre seu cabelo e a falta de professores negros na universidade, bem como, reforçou a necessidade de dar "choques de realidade" nas pessoas, inclusive na academia; afirmou que a educação é a única forma de combater o racismo estrutural no Brasil, um país com altos índices de homicídios de jovens negros, especialmente nas periferias; apontou a falta de políticas públicas e reiterou que a solução para o racismo e a violência só virá por meio da educação. Em continuidade, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, convidou a Sra. Mirella Malane, integrante do Quilombo "Caiana dos Crioulos" para tomar posse da palavra. Em tribuna, ela iniciou sua fala agradecendo a Sra. Luciene, sua professora, e a Sra. Josiane Brito, que lhe ensinou bastante, expressando gratidão a ambas e aos outros professores presentes; recitou o poema "*Raízes do Saber*", que escreveu sobre a educação no Quilombo; explicou que estuda na Escola Municipal Quilombola, em Caiana dos Crioulos; compartilhou o poema, que destaca a luta e resistência da comunidade quilombola; o texto poético enfatizou como a escola é um símbolo de resistência e ensino, com mestres quilombolas que transmitem saberes e valores tradicionais; concluiu exaltando a comunidade de Caiana dos Crioulos por brilhar através da educação, que é considerada uma maravilha, e pelo impacto positivo que a educação tem na formação de profissionais na região. Posteriormente, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos convidou Ivana Rizzi, mestranda em educação pela Universidade Estadual da Paraíba, para fazer uso da palavra. Em tribuna, a Sra. Ivana iniciou cumprimentando a Mesa, expressando sua alegria e emoção com a apresentação; destacou que não queria ocupar o lugar de fala de ninguém, mas somar ao debate, defendendo os estudos na educação inclusiva em seu mestrado; relatou sua experiência como professora na sala de recursos, onde trabalhou com crianças com deficiência e abordou a cultura afro-brasileira; compartilhou o caso de uma aluna negra com TEA que, durante uma crise, agrediu a professora e expressou não se reconhecer como negra, o que a motivou a buscar estudos para ajudar a família; mencionou sua pesquisa sobre como trabalhar a cultura afro-brasileira nas salas de AEE, destacando as dificuldades enfrentadas no sistema educacional para realizar pesquisas, assim, comprou materiais como cursos, jogos e bonecos para enriquecer o ambiente de aprendizagem e refletir a diversidade cultural, incluindo crianças negras e com deficiência em suas atividades; criticou a invisibilidade da produção intelectual e cultural negra nas escolas,

exemplificando sua experiência ao montar um painel de Dia das Crianças que incluía crianças negras e com deficiência; enfatizou a importância da sala de AEE para a integração das crianças e a necessidade de capacitar professores para efetivar os direitos dessas crianças, muitas das quais enfrentam exclusão racial e problemas sociais; para concluir, citou Paulo Freire, lembrando o caso do índio Pataxó queimado em Brasília, e destacou que a educação inclusiva deve ser antirracista; finalizou com as palavras do educador Paulo Freire, ressaltando que discriminar os marginalizados não contribui para uma educação justa e amorosa. Em continuidade, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a Sra. Maria das Graças dos Santos, representante do Sindicato das Domésticas. Em tribuna, a senhora compartilhou a construção da Marcha das Mulheres Negras, que acontecerá em 2025, precisamente em Brasília, com o objetivo de reunir um milhão de mulheres negras, abrangendo pessoas de outros países; expressou a sua gratidão pela oportunidade de discursar; agradeceu à Mesa, representada pela deputada Cida Ramos e outros colegas; ainda no mesmo discurso, ressaltou a importância da conscientização sobre o racismo, especialmente no mês da Consciência Negra, e destacou que essa conscientização precisa atingir toda a população, incluindo professores e alunos; enfatizou que aos 62 anos decidiu retornar à sala de aula, onde percebeu a falta de discussão sobre o racismo; a senhora Maria das Graças fez menção sobre a dificuldade de trazer esse tema para o ambiente escolar e questionou como conscientizar os professores e alunos a respeito do problema; refletiu sobre o desafio de formar os educadores para que abordem o racismo de maneira adequada nas escolas; em conclusão, finaliza afirmando a respeito da necessidade de continuar à luta contra o racismo, reconhecendo o sofrimento diário que as pessoas negras enfrentam no Brasil. Na sequência da audiência, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para o Sr. Túlio. Em tribuna, o mesmo homem anunciou a leitura da carta que lhe foi entregue, recebida de um conjunto de forças responsáveis pela articulação da audiência pública; mencionou que o documento foi entregue a deputada Cida Ramos, em nome da Abayomi e da Organização de Mulheres Negras de Caiana. Nesse sentido, a carta, assinada pela Abayomi - Coletivo de Mulheres Negras na Paraíba e pela Organização de Mulheres Negras de Caiana, integrantes da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, reafirmava o objetivo da audiência pública realizada em 18 de novembro, no estado da Paraíba, que discutiu a Lei nº 10.639, a Educação Escolar Quilombola e o Plano Nacional da Educação. Assim, o documento apresentava uma série de reivindicações para a promoção das relações ético-raciais na educação, incluindo o encaminhamento das demandas da audiência aos parlamentares estaduais e federais da Paraíba, e a inclusão de metas práticas sobre relações étnico-raciais no Plano Nacional da Educação. Em suas palavras, o mesmo

documento também cobrava que o enfrentamento ao racismo seja incorporado de maneira efetiva no plano educacional, além de exigir a formação e capacitação contínua de professores para lidar com questões raciais, combater o racismo e promover a equidade racial nas salas de aula. No mesmo discurso, afirmou que a carta destacava a necessidade de monitorar e avaliar as ações educacionais relacionadas ao racismo, promoção da equidade racial e a produção de materiais didáticos que contemplem as realidades, bem como, identidades das populações negras e quilombolas. Além disso, discursou que o documento pediu a abordagem positiva da história e da cultura negra, ambientes escolares com infraestrutura adequada, a extinção das salas multisseriadas e a construção de espaços adequados para o aprendizado. Ainda mais, exigiam também a fiscalização rigorosa sobre os recursos destinados à implementação da Lei nº 10.639 e a contratação prioritária de profissionais qualificados das comunidades quilombolas, com editais específicos, para promover a justiça social e o respeito ao legado cultural local. A Presidente, em uso da palavra, informou que os pedidos feitos na carta ocupassem em fase de encaminhamento; ainda destacou que, na audiência com o secretário de Educação da Paraíba, será cobrada a participação de todos os deputados da Comissão de Educação. Nesse sentido, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, mencionou que na audiência, não só apenas a Presidente, mas todos os membros da Comissão de Educação, serão convocados para discutir, especialmente, a questão do concurso público. No mesmo momento de discurso, a Presidente também informou que a Comissão de Educação vai solicitar ao Tribunal de Contas o acompanhamento da efetivação da Lei nos municípios e no Estado da Paraíba. Além do mais, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para acompanhar a implementação da lei, mas ela sugeriu que um comitê seria mais eficaz, pois teria caráter mais oficial e permitiria um acompanhamento mais estruturado da lei. Em relação à carta, a mesma Presidente propõe que, com base no documento já elaborado, os deputados estaduais da Paraíba enviem uma recomendação aos deputados federais para que atuem na efetivação da lei, já que cada deputado estadual tem um representante federal. Nessa acepção, enfatiza a importância da atuação dos deputados estaduais, mesmo que seja por meio de uma carta. Além disso, a deputada Cida Ramos sugeriu que os deputados estaduais organizassem uma viagem a Brasília para entregar pessoalmente a carta aos deputados federais, com o objetivo de discutirem a implementação da lei e destacarem a participação dos deputados estaduais. Nesse sentido, a Sra. Presidente sugeriu que verificassem quais deputados federais da Paraíba fazem parte da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para fortalecer a atuação no contexto federal. Ainda no mesmo discurso, a Sra. Presidente, deputada Cida Ramos, alertou que a questão do currículo não pode ser resolvida

localmente, pois isso tem relação com o Plano Nacional de Educação, sugerindo que tentassem agendar uma audiência com o Ministério da Educação (MEC), em Brasília, para garantir que o governo federal cumpra sua responsabilidade e transforme em realidade as diretrizes estabelecidas no plano, enfatizando o engajamento da Paraíba na mobilização. Em conclusão, a Presidente informou que estará em Brasília, pautando a respeito do respectivo assunto. Em seguida, foi passada a palavra para a Sra. Vânia, que fez uma retificação, explicando que, ao mencionar 49 escolas quilombolas, se referia a todas as escolas do estado, incluindo as municipais, enfatizou que não era motivo de orgulho ter apenas duas escolas quilombolas, questionando se isso é suficiente para atender à demanda da população negra do estado. No mesmo discurso, reafirmou suas críticas ao selo antirracista e informou que as manterá até que, o movimento negro e os movimentos pesquisadores da área fossem chamados para criarem essa política juntos, logo, não se deve existir campanhas sem a intervenção das “autoridades do lugar de fala”. Deste modo, com a intenção de finalizar o discurso, a Sra. Vânia solicitou que, caso o MNU e outros movimentos já estejam envolvidos, isso fosse divulgado, pois não há ampla divulgação dos participantes na formulação de campanhas educacionais. Em seguida, foi passada a palavra para a Sra. Vanuza. Em tribuna, a senhora esclareceu que não afirmou se orgulhar da situação, ao contrário, considera isso motivo de tristeza. Nesse sentido, alertou sobre a importância de se ter cuidado nas falas para evitar atribuir palavras erradas às pessoas. Além do mais, quanto ao selo antirracista, explicou que ele está sendo revisado internamente para ser incluída a participação do movimento negro. Ainda mais, reforçou também que na GED, a abordagem é "nada para eles sem eles", assim, os seminários sempre incluem representantes do movimento. No mesmo discurso, enfatizou que Luciene e Abayomi já foram convidadas para eventos, bem como, outras pessoas também estarão presentes em futuras atividades. Para concluir, a Sra. Vanuza pediu desculpas pelo constrangimento e se colocou à disposição para fornecer respostas e relatórios solicitados, como também, reforçou que, na nova gestão, a revisão do selo está sendo feita, pois a implementação anterior não foi positiva. Em continuidade, a Sra. Vânia, em uso da palavra, perguntou se o edital da Escola Antirracista, publicado em 7 de novembro, será retificado, vendo isso como uma oportunidade para incluir quem ainda precisa ser chamado. Como resposta, a Sra. Vanuza respondeu que ainda não foram discutidos o assunto, mas haverá uma reunião interna para debater a inclusão de pessoas e instituições, como a universidade. Com a palavra, a Presidente, deputada Cida Ramos, também destacou que nada impede que a Comissão de Educação coloque a questão em pauta e pediu que o Sr. Túlio preste atenção para que possam encaminhar urgentemente uma solicitação de revisão ao secretário. Em

continuidade, a Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a sra. Uliana Gomes. Em tribuna, a senhora expressou sua discordância com a afirmação de que o problema está nos professores, destacando que a questão está na execução da política e na falta de diálogo com os responsáveis. Nesse sentido, questionou a ausência do secretário, que enviou uma gerência em vez de comparecer à audiência, bem como, apontou que o problema está nos conselhos e na falta de resposta dos representantes. Ainda em discurso, como parte do movimento, a Sra. Uliana destacou que a Abayomi apontou diversas dificuldades na implementação das políticas raciais, enfatizando que os professores, muitas vezes, não têm o suporte necessário para exercer seu papel e precisam ser chamados ao seu dever ético. Em conclusão, reforçou que o problema está na gestão que não os ouve, não implementa as políticas corretamente e não respeita os movimentos sociais. A seguir, a Presidente, deputada Cida Ramos, passou a palavra para a sra. Ellen Mariá. Em tribuna, mencionou que participou da criação do fórum étnico-racial na Secretaria de Estado de Educação, assim, criticou a falta de respeito do secretário com o fórum, que nunca foi recebido para dialogar. No mesmo discurso, apontou que o governo, desde a implementação da Lei nº 10.639, tem ouvido os movimentos sociais. Desse modo, lamentou a falta de obrigatoriedade de conteúdos sobre racismo e diversidade nas universidades. Ainda mais, fez destaque a dificuldade em implementar políticas públicas efetivas para a população negra e denuncia a falta de recursos nas secretarias responsáveis, sugerindo que a ausência de vontade política impede avanços. Logo após, foi passada a palavra para a profa. Ivonildes Fonseca. Em tribuna, complementou o discurso acerca da Universidade Estadual da Paraíba, destacando que no curso de Pedagogia de Guarabira existem componentes curriculares obrigatórios relacionados às questões étnico-raciais, incluindo disciplinas sobre educação indígena, quilombola e afro-brasileira. Nesse sentido, mencionou que, embora a universidade não tenha autonomia para impor disciplinas a todos os cursos, em Guarabira, a equipe de professores tem trabalhado de forma coesa ao longo dos anos para implementar cotas e disciplinas obrigatórias nessas áreas, como resultado de um esforço de 20 anos de trabalho. Para tanto, finalizou agradecendo. Portanto, em ato contínuo, a Presidente, deputada Cida Ramos, informou que vai colocar os projetos para frente, bem como, agradeceu a presença de todos e, não havendo mais oradores inscritos, declarou encerrada a presente audiência. João Pessoa, Sala das sessões, dia 18 de novembro de 2024.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cida Ramos", is written above the printed name.

Deputada Cida Ramos

Presidenta